

Economia desregrada

Um quadro aproximativo do capitalismo contemporâneo e a economia política

José Rubens Damas Garlipp

Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia e Presidente da ANGE

"(...) é também verdade que em alguns períodos a mudança histórica foi tão arrojada e profunda que foi difícil chegar a algum acordo com ela ou mesmo controlá-la, ou até mesmo compreendê-la. Estamos vivendo um desses momentos e vimos passando por tal período há uma ou duas gerações"

Eric Hobsbawm.

"A crise atual das ideologias". in: Sader, Emir (org.) O mundo depois da queda. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995

As energias políticas e ideológicas que, desde o pós-guerra, informaram o arranjo societário no Ocidente, parecem exauridas. Fundadas na ética da equidade por meios públicos, as energias da *golden age* capitalista encontram-se submetidas à aparente vitória de uma moralidade privada. São advogadas e proclamadas outras energias, agora fundadas em uma ética da eficiência que exalta a liberdade individual, a iniciativa e a responsabilidade pessoal, em franca recusa a toda e qualquer dimensão pública.

A defesa intransigente da primazia da esfera privada sobre a pública tem recebido significativa contribuição dos divulgadores de uma ordem neoliberal. Incansáveis em suas pregações, os profetas do 'maravilhoso mundo novo' mostram-se convictos de que a exponenciação da economia de livre mercado viria reconciliar a humanidade com a natureza. Os homens se dariam conta, finalmente e em definitivo, do grande equívoco em que se revestiu a intenção de moldar as forças naturais. Teria sido inconseqüente, portanto, a tarefa a que se propôs a modernidade de estabelecer o fundamento da eticidade exogenamente ao divino.

A busca moderna de um fundamento ético no mundo físico, pelo que sugerem os apóstatas neoliberais, finalmente descansa no encontro com a eficiência, erigida ao estatuto de novo totem. Uma eficiência muito própria ao indivíduo autocentrado, presentificado e indiferente ao bem-comum. Sob o signo dessa eficiência, típica de um darwinismo repaginado, se estabelece a 'cultura da indiferença' de que nos fala Christopher Lasch¹. Narcísica, ela aprofunda a dissolução das amarras de um cânone

compartilhado de valores. Disto decorre que, em prejuízo das utopias, hoje substantivamente segmentadas, torna-se difícil a construção de um bem-comum. Há, isso sim, como nos lembra Umberto Eco², uma confederação de bens-comuns, muitas das vezes impermeável ao diálogo das diferenças. Em tempos, pois, de certezas atormentadas, onde grassa a desintegração dos 'padrões' acordados de relacionamento social, e quando os valores universais da modernidade estão à procura de um fundamento físico, a economia desregrada literalmente *cai do céu*.

A exponenciação da economia de livre mercado - manifesta na crescente desregulação dos mercados, no primado da concorrência, na maior mobilidade do capital produtivo e, principalmente, financeiro, na flexibilização das relações de trabalho e nas limitações dos direitos econômicos e sociais dos mais fracos -, deixa revelar o propósito do liberalismo econômico (liberismo na acepção de Norberto Bobbio³): sua instalação se propõe a construir uma estrutura econômica que, a um só tempo, seja estrutura social e estrutura política. A economia deste final de século, como diz Jurandir Freire Costa⁴, tem-se mostrado capaz de devorar a vida social no Ocidente, com pretensões insuspeitas de dar o golpe de misericórdia na vida política.

Nestes tempos de desconstrução, o fato perturbador revelado pelo clima de fim do ciclo estruturalista é que entra em crise a idéia mesma de democracia, cuja expressão mais significativa é a nova pragmática e sua proposta de retorno à problemática do sujeito pela via do individualismo. Noutros termos, o resgate da subjetividade tem-se dado através de um individualismo exacerbado que abre franca oposição ao dissenso. Mais grave, tenta-se execrar o desacordo, reduzindo qualquer crítica ou discordância em relação à 'nova ordem' ao limbo da traição aos novos tempos. Os defensores da 'verdade derradeira' não se intimidam em mandar às favas o legado humanístico do discernimento, enquanto tentam promover uma idolatria do mercado.

Não é outra a matriz que informa as ações da nova direita, neoliberal e reformista, em seu desiderato de dismantlar o arranjo societário que cunhou o controle sobre o funcionamento dos mercados através da ação do Estado, em especial do *welfare state*. Uma ação complexa e contraditória por natureza, é verdade, mas em cujos imperativos estiveram, ainda que parcialmente, o avanço em direção à democratização dos mercados, a redução das desigualdades e a atenuação do desemprego, como bem assinala Hobsbawm em seu último livro. Esta pactuação é que conferiu ao Estado o primordial papel de gerenciamento da economia, hoje sob severa contestação.

O questionamento mais significativo, no entanto, não ocorre pelo discurso, mas arranca a partir da construção de circuitos internacionais do capital, que aumentou significativamente sua independência em relação aos controles nacionais. Daí que a internacionalização dos circuitos produtivos e, principalmente, financeiros da valorização propõe o dismantlamento do 'padrão' global de desenvolvimento herdado do pós-guerra. Hoje, não cabem mais as políticas compensatórias dos gloriosos anos 50 e 60, e as consequências perversas da economia de livre mercado não podem ser mitigadas pela ação e por políticas públicas, pois é da própria natureza do sistema continuar a gerar e regenerar as suas contradições internas que não pode superar. As tentativas de atrelar programas de bem-estar social ao capitalismo acabam por fracassar em virtude desta mobilidade do capital, que solapa os projetos de reforma. Não estão disponíveis os instrumentos para disciplinar o capital que, fortalecido e associado ao modelo neoliberal como única forma de defender seus interesses, mostra-se intransigente e resistente às demandas sociais e políticas. Postas nos termos liberistas, tais demandas encontram-se submetidas à lógica de uma economia desregrada, que trata de se libertar da disciplina imposta pela sociedade.

É preciso notar que as transformações em curso favorecem uma nova realidade organizacional, mais coesa e centralizada, dos grandes conglomerados protagonistas da financeirização da riqueza. O traço distintivo e decisivo encontra-se na reorganização do sistema financeiro global e na concentração de poder dessas instituições, cuja coordenação em escala global sofisticou-se em virtude da proliferação de novos instrumentos e novos mercados financeiros.

É certo, pois, que a mundialização priva os

Estados nacionais dos controles efetivos, ao tempo em que se acelera a fragmentação dos interesses. Os efeitos mais visíveis desse movimento têm sua expressão na ocorrência de fenômenos sociais e políticos regressivos. A crise multifacética que atravessamos neste final de século é a contra-face da contradição imanente à um movimento que erode o Estado-nação, por um lado, enquanto por outro o requer para acordar as novas formas de convivência e o ordenamento societário interno às fronteiras. Continua cabendo ao Estado-nação o poder disciplinador do trabalho e da intervenção nos fluxos de mercados financeiros, mas um mesmo Estado vulnerável à crises fiscais e à disciplina do dinheiro internacional.

Ao exponenciar o movimento de internacionalização da economia, é superada a articulação entre as economias nacionais, tal como se verifica desde o segundo pós-guerra, e as duas últimas décadas consubstanciam assim uma economia global cujas forças se propõem a desbancar o Estado nacional. Como então exercer o controle do espaço nacional, em uma quadra em que profundas transformações redesenham as relações no mercado mundial? Em outros termos, como inserir o Estado nacional em um espaço mundializado que, ao contrário do prometido alargamento dos horizontes, a bem da verdade se configura cada vez mais estreito?

Não há dúvidas de que a 'nova forma de dependência' ultrapassa o relacionamento entre nações. Também se sabe que o dinamismo do mercado transnacionalizado se põe mais forte do que os próprios países centrais. É neste contexto que o 'projeto' em curso no Brasil, desde a perspectiva oficial, se vê às voltas com a necessidade de integração competitiva à economia mundializada, e estaria, por isso mesmo, condizente com a realidade, mestra de uma prudência que impõe a nova pragmática do possível. Ocorre que não há condições - se é que houve em algum momento - de tomar por estabilizados os requerimentos e as possibilidades de desenvolvimento capitalista autosustentado no Brasil - como de resto nos casos periféricos -, de modo que as idéias continuam buscando seu lugar: o capitalismo brasileiro não conta com chances ilimitadas de crescimento associado aos países centrais. São novos limites que vêm se somar àqueles de antes. Ao negligenciar a perda de capacidade de determinação do desenvolvimento nacional, derivada da reorgani-

zação capitalista mundial, sobra solto e desarticulado o 'projeto' de inserção/conexão com a economia mundial através da prolongação da nuvem especulativa provocada pelo diferencial crescente entre os juros nacionais e internacionais. Entretanto, assume-se que a continuidade do movimento especulativo seguirá favorecendo os 'mercados emergentes'. No meio tempo, alega-se que o ingresso de capitais deve capitanear novos investimentos produtivos, satisfazendo a condição substantiva para a retomada da atividade econômica sob estabilização. Sob esta ótica, assinala Fiori, inexistiria alternativa e estaria estabelecida a 'verdade econômica': mercados livres e dinheiro saudável como chave para o desenvolvimento econômico.

A perspectiva oficial parece desconsiderar que o capital das empresas não mais integra o estoque de capital nacional, mas se transnacionaliza, segundo uma lógica própria dos grandes conglomerados financeirizados. Por conta disso, não há como exigir fidelidade à economia nacional, dado que a estratégia não se vincula ao desenvolvimento econômico do país, mas àquela própria dos global players. A intensificação e mundialização da concorrência, nestas duas últimas décadas, lembra Belluzzo, ensinam que o espaço da concorrência é criado pela estratégia e peso econômico e tecnológico dos grandes conglomerados, em estreita articulação com a face financeira do capital, segundo critérios de eficiência e economicidade.

Neste contexto de mercados globalizados e livres, a política econômica tem seu raio de ação reduzido, ao tempo em que vê modificado seu papel e significado, pois que agora trata de conferir 'credibilidade' junto ao capital transnacionalizado. Hoje, mais que ontem, a problemática do desenvolvimento nacional não se confunde com o problema de gestão/administração interna de política econômica. Por isso, toda e qualquer alternativa de enfrentamento dos desafios contemporâneos depende da capacidade inventiva sobre a construção do futuro. Uma tarefa que começa pela identificação da atual maior complexidade do capitalismo contemporâneo, em virtude da profundidade e velocidade das mudanças tecnológicas, nas formas de organização e estratégia da grande empresa, na concorrência e na operação dos mercados financeiros ocorridas nas duas últimas décadas.

As Transformações Recentes

Capturar os contornos da economia deste final

de século não é uma tarefa trivial. A dificuldade advém, de um lado, da velocidade e profundidade das transformações: procurando compreendê-las, muitos trabalhos, ainda que esclarecedores, se limitam a descrevê-las. De outro lado, a dificuldade se estabelece a partir do conteúdo ideológico impregnado aos conceitos. Um esforço para superar essas limitações, e que apanhe o substrato da economia deste final de século, passa pela identificação das formas como o desaparecimento das regras e das fronteiras deixa o capital entregue às suas próprias leis de movimento. Dizer isso é dizer que o quadro da economia desregrada deste final de século é emoldurado pelos desdobramentos de duas 'revoluções', a da tecnologia da informação e a dos mercados financeiros, cuja interação dinâmica responde pelos contornos da mundialização - enquanto fase avançada do processo histórico de internacionalização.

A revolução da tecnologia da informação, juntamente com os fundamentos da transformação estrutural da economia, explicitam uma economia da informação, assentada na habilidade de criação de conhecimento novo e sua aplicação nas diversas e efetivas formas da atividade humana, através de procedimentos tecnológicos e organizacionais do processamento de informações. A economia da informação, na sua essência, tende integrar produção e troca em um espaço único, e sua estrutura e lógica definem, no seio da emergente ordem mundial, uma nova divisão do trabalho.

Especialmente nestas duas últimas décadas, a fonte de produtividade e de crescimento econômico torna-se mais e mais dependente de aplicações de ciência e tecnologia, tanto quanto da qualidade de informação e gerência nos processos de produção, consumo, distribuição e comércio. Assim é que o incremento de produtividade ocorre não tanto como resultado da mera adição de capital e trabalho ao processo produtivo, e sim como fruto de uma mais eficiente combinação entre aguda penetração de ciência, tecnologia, habilidades de trabalho e *know-how* organizacional. Um traço distintivo da economia neste final de século, portanto, está em que, quanto mais complexa e produtiva, maior quantidade de componentes informacionais e mais destacado o papel desempenhado por novos conhecimentos e informações aplicados à produção no incremento da produtividade.

Observa-se uma extraordinária mudança da

produção material em direção às atividades de processamento de informações. Tal transformação estrutural se expressa pelo crescente papel desempenhado pela manipulação de símbolos na organização da produção e na intensificação da produtividade. Com isso, a qualidade da informação e a eficiência em adquiri-la e processá-la constituem fatores estratégicos em termos de competitividade e produtividade de empresas, regiões e países.

A profunda transformação na organização da produção e da atividade econômica em geral revela que, de uma produção estandardizada em massa, passa-se para uma produção sob encomenda, flexível; e de grandes organizações verticalmente integradas, para uma desintegração vertical com formação de redes horizontais interempresas. Quer à nível da estrutura interna das grandes corporações, quer a nível da sua relação com uma rede de empresas auxiliares, a flexibilidade e a descentralização respondem por uma produção sem perda de economias de escala e adaptada aos diferentes mercados regionais e locais, ao tempo em que as vendas são dimensionadas em escala mundial. A transformação organizacional da economia vai além do tamanho da empresa, sem que isso contradiga a tendência fundamental de concentração do poder econômico em um pequeno número de conglomerados. A tendência atual à mundialização dos mercados, acompanhada dessa estruturação de redes interempresariais, favorece a concentração da concorrência mundial em poucos grupos e a expansão das transnacionais não ocorre nos moldes anteriores, mas por acordos e alianças que privilegiam mais o domínio sobre ativos estratégicos - sob o ponto de vista tecnológico - do que o controle sobre produtos específicos.

As empresas têm recorrido à novas combinações entre investimentos internacionais, comércio e cooperação internacional interempresas para assegurar sua expansão internacional e racionalizar suas operações. Desse modo, as estratégias internacionais do passado, fundadas sobre as exportações, ou as estratégias multidomésticas, assentadas sobre a produção e venda ao exterior, dão lugar à novas estratégias que combinam toda uma gama de atividades transfronteiras: exportações e aprovisionamentos ao estrangeiro, investimentos externos e alianças internacionais. As novas estratégias diluem fronteiras entre indústrias e setores, tal como demonstram a ampliação de ser-

viços e o processo de terceirização, mudando o escopo da competição internacional, de mercados nacionais segmentados para níveis mais amplos de competitividade⁵, e onde parte das vantagens é definida pelas novas tecnologias info-intensivas. As empresas que adotam tais estratégias tiram proveito de um grau elevado de coordenação, da diversificação das operações e de sua implantação local.

Com o crescimento do grau de interpenetração entre capitais de diferentes nacionalidades, o investimento internacional 'cruzado' e as fusões/aquisições transfronteiras engendram uma estrutura de oferta mais concentrada a nível mundial. Dizer isso é dizer que, sob a nova fase da internacionalização, emergem 'oligopólios mundiais'⁶ dentre um número crescente de indústrias. Formados sobretudo por grupos da tríade, americanos, japoneses e europeus, eles delimitam entre si um espaço de concorrência e de cooperação privilegiado, protegido contra a entrada de novos concorrentes tanto no tocante a barreiras a entrada do tipo industrial quanto barreiras comerciais. Esse espaço se forma, portanto, por meio da expansão mundial dos grandes grupos, de seus investimentos 'cruzados' cada vez mais 'intratríade' e da concentração internacional resultante das aquisições e fusões que eles efetuam para esse fim. Um espaço delimitado por relações de interdependência de um tipo particular, que vincula o pequeno número de grandes grupos, os que conseguem adquirir e conservar o estatuto de concorrente efetivo no plano mundial, dentro de uma dada indústria, ou dentro de um complexo de indústrias de tecnologia comum. O espaço é um lugar de concorrência, mas também de colaboração entre os grupos, e o caráter da competição não se circunscreve às grandes corporações multinacionais, mas atinge pequenas e médias empresas direta ou indiretamente conectadas ao mercado mundial através de suas relações com as redes.

As novas tecnologias de informação são um elemento crucial para conferir flexibilidade e descentralização à produção e ao gerenciamento, visto que unidades de produção e comércio podem funcionar autonomamente, ainda que funcionalmente reintegradas através de redes informatizadas. Por conta disso, são abertas e exploradas relações crescentemente sistêmicas, fundando a competitividade em novas bases. As novas tecnologias de informação constituem, pois, a base material para

as transformações, tomando a economia deste final de século um espaço único de produção e troca, portanto mundializada.

Mas, ao impulsionarem a mundialização, é preciso notar, as novas tecnologias também geram reações, expressas na emergência de blocos regionais. A difusão desigual da mudança tecnológica entre as economias centrais, revelada pela fragilização da liderança industrial dos Estados Unidos e ascensão do Japão e da Alemanha à condição de lideranças concorrentes, revela uma hegemonia internacional compartilhada entre as potências mundiais que, somada ao fim da Guerra Fria, explicita a passagem do sistema de uma bipolaridade militar, para uma tripolaridade econômica.⁷ À medida em que, a partir dos anos 70, Japão e Alemanha respondem à política de ajuste do balanço de pagamentos dos Estados Unidos e suas tentativas de manter a hegemonia do dólar, logrando uma reestruturação industrial que contrasta com o atraso relativo americano⁸, o sistema tripolarizado torna-se instável. Uma instabilidade agravada, ainda, pelos desequilíbrios comercial e fiscal que tornam os Estados Unidos, antes credores, agora devedores. Isso explica, em boa medida, a forte ampliação dos movimentos de capitais e transações nos mercados de câmbio cada vez mais integrados.

As forças que a liberalização monetária e financeira desencadeou se expressam no fato de que, em 1990, a liquidez concentrada nas mãos dos fundos de investimento mútuo, companhias de seguro e fundos de pensão alcançou 133% do PIB americano e 108% do PIB britânico. No mesmo ano, os gestores americanos e europeus desses fundos concentraram em suas mãos, sem os bancos e fundos de pensão japoneses, 8 trilhões de dólares. A esfera financeira representa, sem dúvida, a ponta avançada do movimento de mundialização do capital, onde as operações atingiram o grau mais elevado de mobilidade. Não é por menos que o investimento externo direto do setor financeiro responde por uma maior interpenetração patrimonial nas economias capitalistas desde os anos 80.

De outra parte, acentua-se o caráter financeiro dos grupos industriais e tem lugar uma lógica financeira do capital investido no setor manufatureiro e de serviços. Desde o início dos anos 80, a imbricação entre as dimensões produtiva e financeira da mundialização se manifesta sob novas formas. Ela se expressa pelos mecanismos novos e

variados que as instituições financeiras colocaram à disposição dos grupos para suas operações internacionais de aquisições e de fusões. A desintermediação financeira permitiu aos grandes grupos colocar os títulos diretamente nos mercados financeiros internacionais e, desde o início dos anos 90, a imbricação é marcada por um notável crescimento da importância das operações puramente financeiras dos grupos industriais. Os grupos transnacionais também desenvolveram e diversificaram seus serviços financeiros. Se reorganizando sob a forma de holdings, a fim de facilitar seu acesso às finanças. Desenvolveram uma atividade importante sobre o mercado de câmbio, seja recorrendo aos serviços de um banco do grupo, seja por meio da intermediação de seus próprios serviços especializados.

A desregulamentação - ou liberalização monetária e financeira, a desintermediação e a descompartmentalização dos mercados financeiros nacionais agem de forma interativa, constituindo as bases da transformação do regime monetário-financeiro internacional. A noção de globalização financeira remete tanto à descompartmentalização interna entre diferentes funções financeiras e as novas interdependências entre os compartimentos do mercado quanto à interpenetração dos mercados monetários e financeiros nacionais e sua integração dentre os mercados mundializados ou sua subordinação à eles.

Uma das consequências mais importantes da liberalização e da desregulamentação é a perda de controle quase completa dos bancos centrais sobre as políticas monetárias e cambial. As transações cambiais secundárias e o movimento de derivativos guarda estreita relação com a enorme volatilidade das taxas de câmbio, instabilizando as paridades. As taxas de juro de longo, por seu turno, hoje são praticamente fixadas pelos inversores institucionais, que comandam as tendências dos mercados financeiros. As finanças internacionais são favorecidas pelas novas tecnologias da informação, posto que os fluxos financeiros se autonomizaram, impondo uma lógica ao conjunto da economia e orientando-a por uma via que não a da criação de riqueza nova. Estamos assistindo, nesse caso, a uma dupla escorregadela reducionista, da política à economia e da economia às finanças.⁹

Um Quadro Aproximativo

Do que foi posto, ainda que em termos sumários, podemos reter que a economia desregrada deste final

de século resulta das transformações oriundas das novas tecnologias da informação e da crescente desregulação dos mercados financeiros, cuja interação dinâmica responde pelos contornos da mundialização - enquanto fase avançada do processo histórico de internacionalização. A nova realidade que emerge vem acompanhada de importantes impactos econômicos, sociais e políticos os quais desenharam um quadro aproximativo do capitalismo contemporâneo.

O desenvolvimento da ciência e de novas tecnologias da informação, para além de suporte do capital, hoje concorrem enquanto efetivas forças produtivas, e o conhecimento e o saber tomam-se mercadorias. O acesso privilegiado à informação, seu monitoramento e controle fundam a coordenação centralizada de interesses descentralizados, e a capacidade de resposta *em tempo real* a variações e mudanças - reais e ou expectativas - adquire caráter crucial. Se é verdade que o acesso ao conhecimento sempre foi importante em termos competitivos, a sua efetiva renovação permite não só atender as necessidades de uma produção flexível, mas também obter vantagens nos mercados monetários e financeiros. Destarte, a força capitalista reside, crescentemente, no monopólio da informação e dos conhecimentos.

Na medida em que produção, gestão e comércio superaram as formas e métodos que presidiram o padrão fordista e caracterizados pela rigidez, torna-se clara a ênfase atual da flexibilização e da descentralização. O capital tende a se reorganizar em redes interempresariais e as novas formas de gestão e de controle, apelando à modalidades mais complexas, favorecem a centralização do capital e a descentralização das operações dos grandes grupos na exploração de oportunidades oferecidas pelas tecnologias info-intensivas. A fragmentação e dispersão das esferas de produção tem a ver com as novas exigências do capital: que "a fluência mercantil não seja mais entravada e possa difundir-se livremente em todas as malhas do tecido social", ao tempo em que, "graças a esta difusão, o objetivo de rentabilização do capital assumiu a forma de uma ética individual, mesmo para aqueles que não pertencem à classe capitalista"¹⁰ - os microempresários "terceirizados" e "autonomizados", que formam, junto com os trabalhadores sem qualificação, uma "população de precarizados". Além da tendência à precarização do emprego, e dado que a nova forma de operação do capitalismo não mais inclui a sociedade no mercado de trabalho e consumo, mas exclui, o

desemprego adquire caráter estrutural.¹¹

Capital, produção, mercados, trabalho, informação e tecnologia estão organizados transversalmente às fronteiras nacionais. O Estado-nação está deixando de ser o ponto focal para o exercício do poder e de tomada de decisões. Ainda que os Estados nacionais continuem reconhecidos como realidades fundamentais no tocante a estruturas e processos econômicos, o fato significativo é que as estratégias econômicas dos grandes grupos já não dependem da economia nacional. Trata-se de uma economia própria aos *global players*, cujas estratégias de investimento, gestão dos meios de produção, concepção e comercialização dos produtos são definidas a partir da formação de redes informatizadas à escala mundial. A transnacionalização da economia torna desnecessária a figura do Estado. A perda da capacidade de conduzir um desenvolvimento parcialmente aut centrado e independente, o desaparecimento de uma certa especificidade dos mercados nacionais e a restrição à ação econômica do Estado e à capacidade de manejar políticas econômicas, são a afirmação do desiderato neoliberal de dispensa e rejeição do Estado nacional, ainda que continue requerido para acordar as novas formas de convivência e o ordenamento societário interno às fronteiras, bem como o poder disciplinador do trabalho e da intervenção nos fluxos de mercados financeiros.

A tendência atual à mundialização leva a um movimento de polarização, que põe fim a uma tendência secular que caminhou no sentido da integração e da convergência. A polarização é, em primeiro lugar, interna a cada país. Os seus efeitos são indissociáveis dos que resultam do fosso aberto entre as rendas mais elevadas e as rendas mais baixas, em razão da grande elevação dos rendimentos do capital-dinheiro. A polarização é, também, internacional, abrindo fosso brutal entre países situados no coração do núcleo orgânico capitalista e os países periféricos. Esse fosso não diz respeito apenas aos países considerados reservas de matérias-primas e sujeitos aos efeitos conjuntos da dominação política e das trocas desiguais, como na fase anterior da internacionalização. O fosso se abre em direção aos países que se encontram ao largo das estratégias dos grandes grupos, das economias centrais e do processo de valorização do capital. Afora um pequeno número de economias associadas aos três maiores polos da Tríade, que durante os anos 80 se adaptaram aos novos ritmos da produtividade do trabalho e da compe-

tividade, observa-se uma tendência bastante clara à marginalização dos países em desenvolvimento, marcada por um recuo muito forte dos investimentos externos diretos e das transferências de tecnologia. Esses países se vêm envolvidos, a um só tempo, por uma conjuntura mundial e pelas transformações tecnológicas sobrevividas do núcleo orgânico capitalista, no sentido da substituição de recursos tradicionais pelos produtos intermediários industriais resultantes das indústrias intensivas em pesquisa e desenvolvimento.

A reorganização do sistema financeiro, seu caráter global e a emergência de poderes ampliados de coordenação financeira, viabilizados pela desregulação, desintermediação e descompartimentalização dos mercados, levou à formação de conglomerados financeiros, multiplicou os intermediários não-bancários e os inversores institucionais, ao tempo em que proliferaram atividades e fluxos financeiros através de novos instrumentos, transformando economias de crédito em economias de títulos. Em boa medida, as transformações no sistema financeiro internacional respondem, com seus impactos desestabilizadores, pela instabilidade da ordem monetária internacional, hoje operada à margem de bancos centrais submetidos à capacidade da nova finança - e sua lógica patrimonialista - de impor vetos¹² às políticas macroeconômicas. A financeirização da riqueza, exponenciada pelas inovações dos instrumentos e desregulação dos mercados, ao tempo em que preside a lógica de valorização do capital, não faz mais que tornar claro o objetivo precípua do capitalismo: expansão da riqueza abstrata, não necessariamente apoiada no aumento da produção ou do comércio. Como sublinha Passet¹³, "as grandes opções políticas que devem ser objeto de debates nacionais estão submetidas aos imperativos da esfera financeira. Confiscada por um pequeno número de atores, a marcha da economia se dobra às concepções de círculos de interesse que escapam à todo e qualquer controle". Assim, tanto a necessidade de competir de maneira efetiva em mercados globalizados - precondição para o sucesso econômico, quanto o truste dominante das políticas econômicas ocidentais acabam por criar uma situação internacional que limita severamente o alcance das decisões políticas.

O quadro econômico e estrutural do capitalismo contemporâneo se modificou, sem dúvida, e não se pode fechar os olhos às modificações tecnológicas, organizacionais e gerenciais da produção ocorridas e

em curso. O sistema financeiro internacional passou por significativas modificações, e se redesenha a divisão internacional do trabalho. Em uma palavra, são claras as mudanças qualitativas na produção e nos mercados, porém o sentido fundamental do capitalismo permanece, e a economia política mantém sua validade na identificação do movimento de expansão do capital e da universalização dos mercados.

¹cf. Lasch, Christopher. *A Cultura do narcisismo*. Ver, também, *A rebelião das elites e a traição da democracia*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1995.

²em entrevista a Contardo Calligaris, publicada na *Folha de São Paulo - Caderno Mais!*, 14/05/95.

³cf. o ensaio "O novo liberalismo", que compõe seu livro *Liberalismo e Democracia*. São Paulo, Brasiliense, 1988, pp.85/91; ou mesmo o ensaio "Liberalismo velho e novo", em sua obra *O Futuro da Democracia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, pp.107/28.

⁴Costa, Jurandir Freire. "Que fim levou a política?". *Folha de São Paulo - Caderno Mais!*, p.12, 09/10/94.

⁵ver Emmerij, L. "Las transformaciones de la economía mundial y el financiamiento del desarrollo latinoamericano". *Comercio Exterior* 42 (10), Cidade do México, outubro/92

⁶cf. Chesnais, Francois. *La mondialisation du capital*. Syros, 1995, que o define menos como uma 'forma de mercado' ou uma 'estrutura de oferta' do que um 'espaço de rivalidade' industrial.

⁷É interessante notar que o caráter flexível das novas tecnologias foi que permitiu ao Japão adaptar os seus produtos às especificidades das demandas locais, através de produtos diferenciados. Daí a agressiva estratégia comercial japonesa buscando conquistar os mercados dos Estados Unidos e da Europa. Não por menos, ocorre uma retomada dos expedientes protecionistas europeu e americano, como reação à ofensiva japonesa.

⁸a propósito do atraso industrial da economia americana, ver Dertouzos, M.L. et al. *Made in America: regaining the productive edge*. Cambridge, MIT Press, 1989

⁹Passet, R. "Emprise de la finance". *Le Monde diplomatique*, nov.95

¹⁰Alliez, E. & Feher, M. "Os estilhaços do capital". in: Alliez, E. et al. *Contratempo: ensaios sobre algumas metamorfoses do capital*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988

¹¹"o capitalismo, não parece capaz de oferecer quantidade adequada de empregos, apontando para desemprego estrutural e excludente". Hobsbawm, op.cit.

¹²ver Belluzzo, Luiz Gonzaga. "O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados 'globalizados'". *Economia e Sociedade* (4), Campinas, IE/UNICAMP, junho/95, pp.11-20

¹³Passet, R. op.cit.